

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ATA N.º 01/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 25 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----  
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

No dia 05 de janeiro de 2011, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

### **Período de Pré-Ordem do Dia**

Após saudação, a Presidente começou pelo período de informações com a nota que no dia seguinte, 6 de janeiro de 2012, terá uma audiência com o Presidente do Governo Regional, para apresentar cumprimentos e para discutir alguns assuntos sobre o Concelho. Informou ainda ter sido convidada para uma receção no Palácio de Santana, na qual disse que estará presente.-----

Deu conta que, também no dia 6 de janeiro de 2012, terá lugar um concerto de Dia de Reis, na Igreja de São Gonçalo, às vinte e uma horas e trinta minutos.-----

A Presidente informou de seguida que no dia 14 de janeiro do corrente, às vinte e uma horas e trinta minutos, decorrerá uma peça de teatro, “A boca do corpo”, do grupo de teatro “A Sala”, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo.-----

Informou, ainda, que no dia 15 de janeiro, às dezasseis horas, terá lugar um jogo da segunda divisão centro, Angrense-Amarante, no campo de jogos municipal.-----

Sobre as questões colocadas em reuniões anteriores, a Presidente começou por fazer referência aos dados solicitado pelo Vereador António Ventura sobre desemprego, economia paralela e Rendimento Social de Inserção relativos a 2011, dando conta que a informação já foi prestada até maio de 2011, entregue através de um ofício enviado em agosto de 2011. Indagou se a solicitação do Vereador diz respeito ao restantes meses do ano transato. O Vereador António Ventura confirmou.-----

A Presidente reportou-se de seguida ao pedido de dados sobre toxicod dependência feito pelo Vereador António Ventura, anotando que foi enviado um ofício, também em maio de

2011, com os dados solicitados. O Vereador António Ventura indicou que o pedido solicita os dados do ano completo.-----

Relativamente ao pedido de dados sobre o turismo, também do Vereador António Ventura, a Presidente deu conta que o mesmo foi remetido à ART, questionando ao Vereador se a entidade lhe prestou a informação solicitada. O Vereador António Ventura deu conta que iria verificar.-----

A Presidente passou de seguida à reforma da Administração Local - Documento Verde e Orçamento do Estado para 2012, dando conta que no dia 14 de novembro de 2011 a então Presidente, Andreia Cardoso, informou os Vereadores sobre uma reunião, que teve lugar no dia 15 do mesmo mês com a Associação Nacional de Municípios, onde esse documento foi discutido. Relembrou que na reunião do dia 21 do mesmo mês, a ex-Presidente Andreia Cardoso informou os Vereadores sobre os resultados desta reunião, que anotou terem ficado registados em ata. O Vereador António Ventura esclareceu que a questão do próprio dizia respeito à opinião da nova equipa, se mantinham o mesmo entendimento sobre a matéria. A Presidente respondeu que ainda não reuniu com a Associação de Municípios dos Açores nem com a Associação Nacional de Municípios, concluindo que sem estas reuniões torna-se difícil pronunciar-se. O Vereador António Ventura anotou que não foi solicitada uma resposta imediata.----

A Presidente referiu-se a outro pedido de informação feito pelo mesmo Vereador, que dizia respeito à solicitação de dados à Cruz Vermelha, AMI, Banco Alimentar e Caritas. Deu conta que se está a procurar o documento entregue pelo Vereador, no sentido de perceber o mesmo, que se refere ao apuramento de dados sobre pedidos de ajuda e assistência e que o mesmo recomendou uma resposta para Janeiro do corrente ano. Recordou que o Vereador Artur Lima sugeriu que fossem apuradas também questões relacionadas com estratos sociais e uma eventual alteração da atual situação. Neste sentido, a Presidente informou que foi feito um pedido de dados à Segurança Social, sobre as várias entidades referidas e que a resposta será remetida para os Vereadores por e-mail.-----

No que diz respeito à referência, pelo Vereador António Ventura, sobre o Conselho Intermunicipal da Tourada à Corda na Ilha Terceira, a Presidente indicou que no dia 17 de outubro de 2011 foi dado conhecimento sobre a resposta da Câmara Municipal da

Praia da Vitória, que disse estar atualmente no gabinete jurídico para análise e para elaboração de uma proposta de regulamento.-----

A Presidente referiu-se de seguida à proposta da análise do comércio local, dando conta que foi enviado o pedido dos dados à Câmara do Comércio no dia 9 de novembro de 2011.-----

Sobre a proposta para a gestão do Monte Brasil, a Presidente recordou que aquela foi retirada, de forma a se auscultar as entidades envolvidas. Concluiu que ainda não houve tempo útil para a auscultação de todas as entidades.-----

A Presidente apontou de seguida a questão dos recursos hídricos do Concelho e o levantamento que ficou de ser feito, dando conta que deve ter os resultados na próxima reunião.-----

Em relação às preocupações debatidas em reunião de Câmara sobre o Porto das Pipas, a Presidente recordou que na reunião de 21 de novembro a questão foi respondida, indagando se é necessário apurar mais informações e em caso afirmativo que seja especificada a informação pretendida.-----

No que diz respeito ao uso do atual espaço do Hospital de Angra, a Presidente deu conta que se está a recolher dados para prestar mais informações.-----

A Presidente reportou-se depois às questões colocadas na última reunião, nomeadamente a adesão ao projeto europeu “Mostra o cartão vermelho à violência doméstica”, dando conta que está a ser elaborada a proposta de protocolo, tendo essa matéria sido aprovada, por maioria, na reunião de Câmara de 29 de novembro de 2011.-

Relativamente à recomendação de adesão ao projeto de monitorização de radiações eletromagnéticas em comunicações móveis, a Presidente informou que o projeto já se encontra concluído e que a Câmara tomou conta das diligências efetuadas a 26 de abril de 2010 e que teve lugar a palestra a 29 de abril de 2011 com apresentação dos resultados. O Vereador António Ventura indagou sobre a continuidade do projeto. A

Presidente esclareceu que este foi um trabalho pontual dessa entidade e que não prevê a continuidade do mesmo.-----

A Presidente apontou de seguida a questão da eletrificação do troço da variante à Estrada Regional n.º 6-2, dando conta que foi enviado ofício à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos no dia 15 de novembro de 2011, acrescentando que o Delegado das Obras Públicas informou que a eletrificação já foi adjudicada e que aguarda o início das obras, previsto para meados de fevereiro do corrente.-----

Sobre a recomendação de adesão à Carta Europeia da Segurança Rodoviária, a Presidente informou que se está a recolher dados acerca da evolução do processo.-----

A Presidente deu conta que aguarda informação sobre a adesão ao projeto da UNICEF intitulado “Cidades amigas das crianças” desde 22 de outubro de 2010 e que houve troca de correspondência e compromisso de resposta com a Dr.ª Joana Ribeiro, Assessora do gabinete da Secretaria de Estado Adjunta da Reabilitação do Ministério da Segurança Social.-----

Relativamente à recomendação de adesão ao projeto “Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”, a Presidente indicou que foi enviado ofício à Assembleia Municipal, com parecer técnico sobre o assunto, a 24 de Março de 2011, dando conta que não haveria adesão à iniciativa devido ao valor em causa, que disse ser bastante elevado.-----

A Presidente reportou-se seguidamente à petição “Não à destruição do Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra” informando não há registo da entrada desta na Câmara Municipal.-----

No que diz respeito à petição sobre a alteração do horário de funcionamento do Mercado Duque de Bragança, a Presidente disse estar de momento em avaliação pelos Recursos Humanos, no âmbito da questão que se coloca em relação à segurança dos estabelecimentos que não pretendem o alargamento do horário, concluindo que está a ser equacionada uma solução que permita este alargamento.-----

Sobre o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Presidente informou que o mesmo, que é enviado para o continente, é de natureza confidencial, mas que é

remetido um relatório numérico à Assembleia Municipal, tendo entregue uma cópia deste aos Vereadores.-----

A Presidente referiu-se seguidamente às respostas relativas ao debate de requalificação da Praça Velha, questão apresentada pela Vereadora Teresa Valadão, dando conta que as mesmas foram recebidas e que será agendada uma reunião para discussão do assunto.-----

Relativamente ao imóvel abandonado na Rua de São João, a Presidente deu conta de ter reunido com a equipa técnica do Departamento de Obras da Câmara, informando que o prédio não apresenta perigo de ruir, mas que em relação às pombas mortas foi encontrada uma solução que diz respeito à colocação de um papel autocolante na montra, de promoção do município, por exemplo e que se pretende contactar o proprietário para o informar sobre esta decisão.-----

Depois de terminado o período de informações, o Vereador António Ventura interveio para dar conta que a questão do Porto das Pipas tem sido uma preocupação frequente, nomeadamente ao nível da segurança, estacionamento, consumo de álcool e necessidade de reorganização. Afirmou que aquele espaço é de todos e não é de ninguém, apontando de seguida o projeto de reorganização, o processo licenciamento provisório dos estabelecimentos, concluindo que todos estes pontos são merecedores de uma preocupação constante. Ressalvou a importância de haver, por parte da Presidente e dos Vereadores, uma reunião com a Administração dos Portos sobre este espaço.-----

O Vereador António Ventura indicou de seguida uma questão que recordou ter sido amplamente discutida em reunião de Câmara, relativa ao Caminho do Meio de São Carlos no troço entre a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba e Largo de São Carlos, apontando não ter tido conhecimento sobre a resolução do problema, que explicou consistir na circulação de alunos nesta estrada estreita e sem passeios. Recordou ter havido uma reunião com a Direção Regional de Viação, acrescentando que estava em estudo a colocação de semáforos no local. Neste sentido, questionou se essa solução sempre vai avançar.-----

Apontou ainda que neste caminho há uma passadeira que disse ser praticamente invisível. Recordou que foi já efetuada uma chamada a atenção para este problema.-----

O Vereador António Ventura indagou sobre a adesão da autarquia às “Cidades Saudáveis”, inquirindo sobre o ponto de situação e questionou sobre as datas das reuniões do Conselho Municipal de Segurança e do Conselho Municipal de Educação.---

O Vereador António Ventura referiu, seguidamente, que está em curso um processo de reestruturação das Finanças, apontando nomeadamente o pagamento de rendas mensais no Concelho de Angra, pelo Ministério das Finanças, de dois edifícios pelo valor de dez mil euros. Ressalvou a existência de um novo Diretor de Finanças em Angra, sublinhando a importância de a Câmara reunir com o mesmo, no sentido de o alertar sobre a ocupação de apenas vinte e cinco por cento do edifício da Alfândega, que pertence ao Ministério das Finanças.-----

O Vereador António Ventura questionou se no processo de substituição dos anteriores membros do executivo pelos atuais houve lugar a alguma indemnização ou acerto de contas à equipa de confiança política, anotando ter ouvido informações que vão nesse sentido.-----

A Presidente respondeu que não houve qualquer indemnização, uma vez que esta não está prevista na lei, sublinhando que não assinou qualquer pagamento indemnizatório ou compensatório, ressalvando ainda que a equipa de trabalho diminuiu, destacando ainda o desempenho destes elementos.-----

O Vereador Artur Lima questionou se o anterior executivo assinou algum pagamento ou indemnização.-----

A Presidente esclareceu que esse tipo de pagamentos só poderia ter tido lugar *a posteriori*, e assinados pela própria, frisando que tal não aconteceu, lamentando ainda que haja lugar a este tipo de comentários, que disse dar uma má imagem pública e que não correspondem à realidade.-----

O Vereador José Élio Ventura tomou a palavra para dizer que este tipo de pagamentos indemnizatórios nunca aconteceu, ao nível de equipas de confiança política, mesmo ao

nível da Administração Regional, concluindo que deduz que esta informação possa resultar de um equívoco relativamente ao que a lei prevê ao nível do pagamento indemnizatório, por exemplo, a um secretário regional no fim de uma legislatura, que anotou não saber se está ainda em vigor.-----

A Presidente concluiu que ia questionar os Recursos Humanos, se houve algum tipo de compensação desse tipo.-----

O Vereador Artur Lima esclareceu que estes são cargos de nomeação política, que não prevêem nenhum tipo de indemnização, acrescentando que os subsídios de reintegração acabaram em 2005. Sublinhou a necessidade de se perceber se foi feito algum pagamento e a que título.-----

O Vereador António Ventura destacou que quando faz este tipo de chamadas de atenção é com o objetivo de clarificação, por forma a evitar comentários públicos, anotando que não está em causa a seriedade ou a legalidade.-----

O Vereador Fernando Dias interveio para indagar sobre o tipo de contratos de trabalho dessas pessoas, nomeadamente nos casos dos que foram requisitados ao setor privado, por ter havido uma quebra no contrato.-----

Os Vereadores discutiram sobre as possibilidades nessa área. A Presidente deu conta que a informação será prestada posteriormente na reunião.-----

O Vereador Artur Lima, após saudação, questionou sobre a marcação do Conselho Municipal de Juventude, anotando achar que já passou o prazo para a reunião.-----

O Vereador Artur Lima apontou de seguida que houve um concurso para aquisição de duas viaturas para recolha de lixo e pediu informações sobre a que empresa foi adjudicada a aquisição e qual o preço.-----

Nessa sequência, o Vereador Artur Lima reportou-se ao ajuste direto de vinte mil euros para a limpeza de ruas, indagando sobre o que aconteceu ao carro e sobre a conclusão do processo, uma vez que considera que o relatório entregue, de três folhas, não diz

nada, nomeadamente se é para continuar com este processo de limpeza e desinfeção de ruas com o referido carro, se é para adquirir outro, de forma a que possa haver uma conclusão sobre o investimento que foi feito.-----

O Vereador Artur Lima pediu uma cópia dos ajustes diretos com a firma de João Freitas Cardoso para 2012/2013.-----

O Vereador Fernando Dias interveio para levantar uma questão sobre o “Cartão Cidade”, dando primeiramente conta das vantagens do mesmo, uma vez que funciona com pré-carregamento, acrescentando que foi informado que há um ano que não existem cartões disponíveis na Autarquia, questionando sobre o ponto de situação deste cartão.-----

O Vereador Fernando Dias solicitou um ponto de situação sobre as obras na Avenida Tenente Coronel José Agostinho, indagando acerca da solução prevista em relação às árvores e sobre o prazo de conclusão das obras.-----

Em relação à sala dos Vereadores, o Vereador Fernando Dias deu conta de estar em falta um telefone e um computador, por forma a terem condições para se reunirem.-----

No que diz respeito às questões colocadas pelo Vereador António Ventura, a Presidente afirmou que vai recolher as informações solicitadas.-----

Quanto aos assuntos apresentados pelo Vereador Artur Lima, a Presidente deu a mesma nota, que irá recolher os dados.-----

Sobre o “Cartão Cidade”, a Presidente deu conta de não o conhecer e que irá recolher informação sobre o mesmo.-----

A Presidente respondeu de seguida à questão das obras da Avenida Tenente Coronel José Agostinho com a informação de que as mesmas estão adiantadas em relação ao prazo, que disse terminar a 6 de fevereiro ou 6 de março do corrente. Sobre as árvores, a Presidente indicou que terá de ser tomada uma decisão na próxima semana, acrescentando que existem várias alternativas, mas que não há consenso sobre a escolha.-----

Relativamente à sala dos Vereadores, a Presidente referiu que será colocado o computador e o telefone na mesma.-----

O Vereador António Ventura questionou se a Câmara já recebeu a transferência do IRS do Governo Regional referente a 2011. A Presidente respondeu afirmativamente, aduzindo que corresponde a um milhão de euros e acrescentou que no final do ano a Autarquia recebeu também montantes dos fundos comunitários, nomeadamente, cerca de setecentos mil euros para a Escola da Ribeirinha. Por último, indicou que o saldo de gerência para 2012 é de cerca de dois milhões.-----

### **Período da Ordem do Dia**

## **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### **Não Atualização de Taxas para o ano 2012**

Ent. 9 - Proposta datada de 2 de Janeiro de 2012, da Presidente da Câmara Municipal, com vista à não atualização das taxas para 2012, nos termos do artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta proposta.**-----

A Presidente explicou que o Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo prevê uma atualização das taxas de acordo com a taxa de inflação, que foi de 3 por cento em 2011. Considerando que na elaboração do orçamento de 2012 este valor não foi contemplado e considerando a situação atual, nomeadamente, a das famílias, a Presidente deu conta que a proposta é no sentido de não haver uma atualização das taxas no corrente ano.-----

### **Contrato-Programa para a Culturangra, EEM**

Ent. 10 – Presente minuta de Contrato Programa a celebrar entre o Município de Angra do Heroísmo e a Culturangra EEM, a vigorar até 31 de Dezembro de 2013, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Local, para

aprovação do órgão executivo municipal. - **A Câmara Municipal, retirou este documento, devendo o mesmo ser reagendado na próxima reunião, que será extraordinária e terá lugar no dia 11 de Janeiro, pelas 17H00.**-----

A Presidente afirmou que no seu entendimento a imagem que se tem passado da empresa municipal Culturangra é errada, injusta e não corresponde aos bons resultados da empresa, que considerou serem uma mais-valia para a Câmara Municipal, nomeadamente ao nível do peso do orçamento.-----

A Presidente apontou que o Orçamento da Culturangra para 2011 foi elaborado entre novembro e dezembro de 2010 e aprovado em reunião de Câmara a 10 de dezembro de 2010. Destacou ainda que a prestação de contas de 2010 só foi concluída e apresentada à Câmara em abril de 2011, concluindo que não serviu de base à execução do Orçamento para 2011. Recordou que na discussão do Orçamento de 2010 estavam presentes os Vereadores António Ventura, Artur Lima, Fernando Dias e Teresa Valadão e que esta última referiu, que era de “destacar o esforço desenvolvido pelo Conselho de Administração da Culturangra no sentido de fazer uma gestão de contenção de despesas, conseguindo fazer atividades de baixo orçamento”, acrescentou ainda que, na mesma discussão, o Vereador Fernando Dias, reconhecendo a escassez do orçamento, referiu que “o orçamento para 2011 é basicamente para assumir encargos com pessoal e Sanjoaninas”, salientando ainda que “existe um problema de captação de receitas”. A Presidente relembrou que, mais tarde, numa reunião que teve lugar no dia 18 de abril, e onde estavam presentes os Vereadores António Ventura, Fernando Dias e Teresa Valadão, quando foram prestadas as contas da Culturangra relativas a 2010, pela primeira vez, sendo posteriormente retiradas, foi dito pela então Presidente da Câmara, Andreia Cardoso, que foi deliberada a adjudicação da prestação de serviços para que fosse feita a avaliação aos custos e receitas estruturais da empresa, para posteriormente, com base em orçamentos por atividade, se pudesse decidir com coerência sobre a atividade que a empresa pode desenvolver. Neste sentido, reportou-se à reunião de 26 de abril, na qual estavam presentes os Vereadores António Ventura, Fernando Dias e Anselmo Barcelos, destacando que foi referido pelo Vereador Fernando Dias que “em comparação a 2009, o ano 2010 foi bastante melhor, que houve um conjunto de redução de custos importante, embora a Câmara continue a ter uma palavra importante em termos de subsidiação das atividades”. A esta afirmação a Presidente acrescentou que a de 2011 foi ainda mais contida, englobando os cerca de duzentos mil

euros da iluminação de Natal. A Presidente citou de seguida os esclarecimentos prestados pela então Presidente, na mesma reunião, sobre o facto de terem sido “acometidas responsabilidades à Culturangra, designadamente a manutenção das zonas balneares” e despesa desta. Recordou que foi nesse sentido que foi feita a contratação de uma empresa para fazer um estudo de viabilidade da empresa e que o mesmo iria permitir a tomada de decisões em relação a 2012, por forma a apurar as verbas destinadas às várias atividades. Desta forma, a Presidente concluiu que a Câmara estava devidamente informada sobre a escassez de verba para a Culturangra, que foi inclusivamente reconhecido pelos elementos da oposição que o orçamento era escasso e que foi transmitida informação relativa à requisição do estudo referido. Apontou, ainda, que é reconhecido, de forma generalizada, o esforço e os bons resultados da execução de 2010 e que os previstos para 2011 são ainda mais reduzidos.-----

Nesta sequência, e sobre o Contrato-Programa para 2012, a Presidente declarou que a Culturangra é uma empresa estável e vantajosa para a Autarquia, em termos estruturais e financeiros, destacando a evolução dos últimos anos em relação às despesas correntes. Afirmou que se pode observar o decréscimo da despesa e bem assim das transferências de capital para a Culturangra e que esta situação se agravou com o acréscimo das competências. Constatou que o equilíbrio financeiro da empresa depende apenas da transferência correta de valores por parte da Autarquia, sublinhando que tal já foi amplamente reconhecido em reunião de Câmara. Apesar do estudo independente, que prevê a necessidade de mais setecentos e sessenta mil euros para despesas correntes, a Presidente ressaltou que a dívida da Culturangra a fornecedores, até 31 de Dezembro de 2011, é de duzentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove euros. Conforme solicitado na última reunião de Câmara, a Presidente entregou aos Vereadores a listagem das dívidas a fornecedores com os respetivos valores em dívida a cada um.-----

A Presidente referiu de seguida que, presentemente, os dados para a realização do Orçamento para 2012 são outros, considerando que podem, de uma forma mais confortável, votar o orçamento em causa, uma vez que sabem os limites mínimos que a Culturangra necessita para realizar as tarefas solicitadas pela Câmara. Apontou que a proposta apresentada se baseia no estudo da empresa *Smart Vision* e prevê a transferência do montante previsto no Orçamento da Câmara que deverá, aquando da

inserção do saldo de gerência, totalizar os dois milhões, setenta e seis mil, seiscentos e três euros. Salientou que o saldo de gerência previsto para a Câmara é de dois milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e três euros, salvaguardando oscilações na ordem dos cem ou duzentos euros.-----

A Presidente sublinhou que, a ser aprovado o Contrato-Programa, aprovam-se transferências para a Culturangra no valor de dois milhões, setenta e seis mil, seiscentos e três euros, durante o ano 2012, sendo que apenas ficam assegurados um milhão, setecentos e trinta e seis, seiscentos e treze euros, para já, previstos em orçamento de Câmara, ficando o remanescente dependente da inserção do saldo de gerência, quando for realizada a prestação de contas da Câmara. A Presidente indicou, ainda, que estes montantes são equiparados ou inferiores aos montantes votados na Câmara em termos de prestação de contas.-----

O Vereador Fernando Dias estabeleceu a ponte entre a discussão do Contrato-Programa com o Orçamento da Culturangra para 2012. Sobre a proposta do Contrato-Programa e sobre o quadro entregue relativo às despesas de anos anteriores, o Vereador Fernando Dias sugeriu a elaboração de um documento com a desagregação dos valores, em despesa corrente e capital, de forma a apurar os reais valores. A Presidente esclareceu que entregou um documento só relativo às despesas correntes. O Vereador Fernando Dias reiterou a necessidade de serem esclarecidos determinados valores, apontando por exemplo os valores, de quatro milhões, do ano 2004 e os valores do estudo de viabilização da Culturangra, de cerca de três milhões, que anotou não coincidirem. A Presidente indicou que quando foi feito o estudo não se previa a inserção das zonas balneares e das Sanjoaninas, apontando que os valores são da execução e que esta inclui estas duas despesas. Depois de uma troca de impressões sobre os valores apresentados, o Vereador Fernando Dias reiterou a importância de se perceber os valores da despesa corrente e de capital, sugerindo que se fizesse uma reunião extraordinária só para discussão do Contrato-Programa e do Orçamento para 2012 da Culturangra.-----

Após alguma discussão em relação aos valores, o Vereador Fernando Dias reiterou que os orçamentos da Culturangra têm sido sempre sub orçamentados, concluindo que o Orçamento para 2012 também está sub orçamentado. -----

A Presidente salientou que os valores da proposta apresentada estão de acordo com o estudo. Em relação aos resultados de 2011 e pese embora não haver resultados líquidos, a Presidente disse julgar que estarão abaixo dos valores previstos pela empresa *Smart Vision*, por terem “vivido” abaixo das necessidades, pese embora não haja ainda resultados líquidos. Concluiu que se tem passado uma má imagem pública da Culturangra, que se está a colocar em causa a sua legitimidade quando se trata de uma empresa com ótimos resultados e cuja existência se justifica através dos números, acrescentando que é mais rentável do que quando estava integrada, empregando ainda trinta pessoas a tempo inteiro, mais dezoito sazonalmente.-----

O Vereador Fernando Dias ressaltou que houve a integração de pessoas que estavam a recibo verde e que passaram para os quadros da Culturangra. A Presidente confirmou, acrescentando que não poderiam estar a exercer funções de efetivos, estando a recibos verdes, situação que disse ter sido regularizada de acordo com a lei. A Presidente referiu a hipótese dos Vereadores colocarem em causa a viabilidade da empresa. O Vereador Fernando Dias respondeu que se tivesse certezas sobre a inviabilidade da empresa não tinha concordado com o estudo. Neste sentido, a Presidente sugeriu que fosse a Câmara Municipal a assumir os encargos financeiros da segunda parte do estudo, no valor de dez ou doze mil euros, uma vez que foi a Autarquia que o pediu, embora tenha sido a Culturangra a pagar a primeira parte. A Presidente indicou que vai formalizar a proposta.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra para anotar que a pesquisa feita pela Presidente demonstra a boa vontade para encontrar soluções para a Culturangra, dando todas as benesses em relação ao que se passava. Apontou que a boa vontade foi surpreendida com o ROC do primeiro semestre, que disse ter trazido algumas preocupações e dúvidas, que levaram os Vereadores do PSD a estabelecer algumas bases de clarificação. Um relatório que a Presidente disse ser informal, indicando que o novo ROC estará presente na reunião de Câmara da próxima semana.-----

O Vereador António Ventura acrescentou que nas mesmas citações proferidas, o Vereador Fernando Dias dizia que o documento em apreciação era muito genérico ao nível do Plano das Atividades e das datas para o concretizar. Referiu ainda que, na mesma altura, a Vereadora Teresa Valadão dizia que era importante que viesse no

plano as ações específicas, com informação detalhada e impacto das mesmas junto da envolvente municipal. O Vereador António Ventura reiterou a surpresa em relação ao ROC e em relação ao estudo da empresa *Smart Vision*, ressaltando a importância deste último, designadamente da segunda parte deste, para esclarecer algumas dúvidas e pistas sobre o futuro da empresa, anotando ser indiferente o pagamento por parte da Câmara ou da Culturangra, sublinhando ainda o atraso na entrega do estudo.-----

O Vereador António Ventura manifestou a importância da clarificação dos valores entre 2004 e 2008, referida anteriormente pelo Vereador Fernando Dias para a avaliação do futuro da empresa e sobre a sua continuidade. Afirmou a importância de se perceber o que se entende por serviço público municipal, que é igualmente importante perceber se a empresa Culturangra tem um impacto positivo ou não no Concelho, se deverá viver com receitas próprias ou ser subsidiada pela Câmara, se voltará a ser um departamento da Câmara ou não, um conjunto de questões que disse surgirem numa altura de contenção e de cortes nas estruturas municipais. Considerou que este é um debate crucial que será desenvolvido nos próximos tempos, pelo menos até à apresentação da segunda fase do estudo. Anotou a desconfiança pública em relação à empresa, sublinhando a necessidade de ser clarificada a situação da Culturangra, nomeadamente os quatro milhões em 2004. Concluiu a importância de haver tempo para o estudo dos valores apresentados, para votarem posteriormente.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra para manifestar que é importante que o PS assuma as suas responsabilidades. Deu conta de ter consultado a ata da reunião onde foi criada a Culturangra, em 19 abril de 2007 e que o executivo da altura realçou que o estudo técnico encomendado se pautava pela transparência, aproveitando para pedir cópia desse estudo da viabilidade económica da criação da Culturangra. Reportou-se à dita ata, às páginas oitenta e oitenta e um, sobre os valores da produtividade, citando que a Culturangra foi criada por forma a dar um carácter empresarial às atividades que a autarquia não podia assumir, para não fazer concorrência aos empresários locais, anotando considerar que a Culturangra o faz. Continuou a citação com o facto de ter sido feita uma chamada de atenção para que os recursos humanos afetos às instalações seriam transferidos pela Câmara, por forma a enquadrar os recursos existentes na Autarquia.-----

Em relação à Assembleia Municipal, o Vereador Artur Lima recordou as considerações tecidas pelo Presidente da Câmara sobre o estudo, nomeadamente que era um documento vasto que apontava para um decréscimo de apoio e de transferências da Câmara para a empresa, com vista a, num universo de cinco anos, passar a funcionar praticamente em regime autónomo. Citou ainda o então Presidente da Câmara que afirmava que a empresa não seria uma “pousada da juventude para *boys*” do partido vigente. Decorridos cinco anos, o Vereador Artur Lima disse concluir que houve, a partir da análise dos valores apresentados, um decréscimo de custos, mas que o PS falhou neste projeto empresarial, tendo em conta que não está autónomo, precisando de dois milhões de euros. Manifestou que tem de ser assumida pelo PS uma *mea culpa*. Deu conta que tem sido feito um esforço pela empresa no sentido de se tornar menos dispendiosa, reconhecendo o trabalho dos seus empregados, contrariamente ao que é dito pela opinião pública.-----

Sobre o encontro da Presidente com o Presidente do Governo Regional, o Vereador Artur Lima pediu que esta transmitisse ao Presidente do Governo Regional que a cultura em Angra deve ter a mesma dignidade da cultura em Ponta Delgada. Os Vereadores do PSD subscreveram. O Vereador Artur Lima indicou o apoio em duzentos mil euros do Governo Regional dos Açores em 2010, considerando que esta ajuda é o mínimo que o Governo pode dar, por forma a levar a cultura às diversas ilhas. Teceu de seguida considerações sobre o programa cultural de Ponta Delgada, que elogiou, anotando ter pena, enquanto angrense, de não ter acesso ao mesmo tipo de programa, concluindo que a Câmara de Angra e a Culturangra não têm recursos suficientes para tal. Ressalvou a necessidade de ser estabelecido um protocolo ou um acordo com o Governo Regional de forma a que seja afeta uma verba anual do Orçamento da Região ao Concelho de Angra, como é feito ao Centro Cultural e de Congressos de Ponta Delgada, no sentido de dar à Culturangra o cariz para que a mesma foi criada, indicando ainda que a Horta tem mais atividade cultural que Angra do Heroísmo. O Vereador Artur Lima declarou que é preciso assumir o “falhanço” desta empresa, da sua criação, do seu objetivo e da sua auto suficiência, concluindo que não é a oposição que vai assumir um erro do PS, apesar de se mostrar disponível para o diálogo. Destacou ainda que os anos de descalabro da Culturangra foram 2008 e 2009, acrescentando que o défice de 2011, de setecentos mil euros, é culpa da Câmara, porque não transferiu verba suficiente. Afirmou que têm todos o dever de esclarecer a opinião pública sobre o papel da

empresa, que disse achar não estar vocacionada para a gestão de zonas baleares, uma vez que se perde no seu objetivo, que é promover a cultura em Angra do Heroísmo, sublinhando a propósito o trabalho e a polivalência dos funcionários. Relembrou que ao início estavam previstos apenas vinte e sete funcionários e que atualmente são quarenta e oito, concluindo que o aumento tem de ser explicado.-----

Sobre o estatuto da Culturangra, o Vereador Artur Lima questionou a componente ambiental, indagando se não será necessário redefinir este estatuto, no âmbito do objeto das suas funções. Ressalvou ainda que a empresa deve assumir o compromisso de pagar a sessenta dias aos seus fornecedores, concluindo que para que esta seja viável tem de haver confiança por parte dos munícipes.-----

Apesar de constatar o progresso nas Sanjoaninas a partir do ano 2009, o Vereador Artur Lima deu conta que a maioria das dívidas a fornecedores são destas festas. Questionou ainda a dívida ao AngraJazz, indicando que o festival recebe vinte e cinco mil euros de subsídio da Câmara, utiliza as instalações e mão-de-obra da Culturangra, afirmando a necessidade de redefinirem festivais como o AngraRock, entre outros e de ser estruturado um programa cultural em que as pessoas saibam quais os gastos com o mesmo. A propósito, deu o exemplo do espetáculo do Filipe La Féria e o escândalo do preço do mesmo junto da opinião pública. Assim, manifestou que a Culturangra voltou à estaca zero e que é preciso fazer o balanço dos últimos cinco anos, reiterando que têm de ser assumidas posições políticas e partidárias pelo PS, por uma questão de princípio, uma vez que criaram condições para a continuidade deste executivo, tem também de assumir o erro com a Culturangra. O Vereador Artur Lima referiu, ainda, que Angra precisa de mais cultura, de mais espetáculos e de mais atividade cultural. Concluiu que, reestruturando a empresa, retirando as zonas balneares e com o apoio protocolado do Governo Regional, em espécie ou através de outros meios, nomeadamente trazer a Angra espetáculos que vão a Ponta Delgada, pode-se fazer da Culturangra uma empresa útil para o município. Sublinhou que não se devem precipitar em relação a este orçamento, que deve ser feita uma análise pormenorizada em relação a 2012 e que em vez do período 2012-2013 deve ser feito um compasso de espera, assegurando os mínimos da Culturangra, para se avaliar a viabilidade da empresa. Considerou que extinguir a empresa neste momento seria uma tragédia para o Concelho.-----

Em relação aos anos 2012-2013, a Presidente explicou que os dois anos são para reportar o Contrato-Programa ao mandato em causa, dando conta de não ser uma questão imperativa para qualquer decisão, acrescentando não ver qualquer inconveniente em que seja reduzido o Contrato-Programa a um ano. Ressalvou que, independentemente da decisão tomada, há uma série de questões fundamentais que têm de ser asseguradas, nomeadamente os salários, a água e a luz dos pavilhões, despesas de transporte, entre muitas outras. Colocou a hipótese de se encontrar um cenário intermédio, sem esquecer as questões de fundo. Manifestou a disponibilidade em ser feita a referida análise, com base inclusivamente na segunda parte do estudo da *Smart Vision*, para conceber, de uma forma consolidada o futuro da Culturangra, que afirmou ser uma mais-valia para o Município. Considerando ainda que é positiva a adaptação da empresa à atual realidade, o que poderá passar pela reestruturação da mesma.-----

Na sequência da intervenção da Presidente, o Vereador Fernando Dias considerou que as transferências da Câmara terão de diminuir e que a empresa terá de ter mais receitas próprias. Destacou ainda a falta de controlo orçamental da Culturangra ao longo do ano, apontando a propósito a derrapagem constatada no ROC do primeiro-semester, de quatrocentos mil euros.-----

Sobre a entrega do relatório do ROC, a Presidente recordou tê-lo feito aos Vereadores antes mesmo de o ler, não tendo igualmente discutido com o ROC sobre qualquer valor expresso no relatório, indicando ainda que o mesmo não a questionou sobre qualquer situação, concluindo que terá de esclarecer como é que o ROC chegou a esses valores.-

O Vereador Fernando Dias lembrou que a Presidente já tinha assumido que a questão dos duzentos mil euros não estava prevista no orçamento, concluindo que tal é uma derrapagem clara, em termos orçamentais e que tem de ser constatado antes e não depois, como aconteceu. O Vereador aproveitou a ocasião para propor que seja feito o que está previsto na lei, que o TOC faça um relatório trimestral de execução orçamental, considerando que tal será fundamental para o acompanhamento da execução orçamental, por parte de todos.-----

O Vereador António Ventura interveio, constatando que se verifica que há um consenso alargado em relação às preocupações com o futuro. Neste sentido, percebendo que há alterações a fazer ao Contrato-Programa, que há necessidade de perceber os valores de 2004 a 2007, propôs que os dados fossem entregues no corrente dia, que fizessem uma reunião de trabalho na segunda-feira, de forma a chegarem a um consenso sobre o contrato programa e que então na quarta-feira à tarde reunissem extraordinariamente.---

Os Vereadores concordaram que a reunião tivesse lugar na quarta-feira, dia 11 de Janeiro, às dezassete horas.-----

### **Orçamento da Culturangra, EEM para o ano de 2012**

Ent. 6385 – Novamente presente o Orçamento da empresa municipal **Culturangra, EEM**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro. – **A Câmara Municipal, retirou este documento, devendo o mesmo ser reagendado na próxima reunião, que será extraordinária e terá lugar no dia 11 de Janeiro, pelas 17H00.**-----

### **TERAMB – Relatório de gestão do 1.º semestre de 2011**

Ent. 50 – Ofício n.º 2, datado de 2 de Janeiro de 2012, da **TERAMB, EEM**, remetendo o relatório de gestão do 1.º semestre de 2011, para conhecimento do órgão executivo. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

O Vereador José Élio Ventura informou que tem havido o procedimento dos ROC apresentarem os relatórios semestrais das empresas municipais. O Vereador Fernando Dias anotou ser um procedimento previsto na lei. O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter consultado a lei, que prevê que o ROC apresente uma informação semestral e de ter falado com o ROC que, sem se querer esquivar das suas obrigações, e considerando o que a lei diz, apontou que a empresa tem pouco histórico e que não há muitos elementos. O Vereador José Élio Ventura colocou, neste sentido, dois cenários possíveis: o ROC fazer apenas o relatório de final do ano, atendendo à existência deste

relatório do Conselho de Administração da Teramb, ou então, se a Câmara assim o decidir, procederá à exigência do ROC fazer o relatório do primeiro semestre, concluindo que, em termos legais, pode-se entender por informação muita coisa, como seja um relatório ou um parecer mais sucinto. Considerou que se nas demais empresas municipais os ROC fazem relatórios semestrais também deve ser feito um sobre a Teramb, concluindo que o que está em causa é se, em relação a este primeiro semestre, esta informação é suficiente, sendo que será apresentado o relatório anual posteriormente.-----

Os Vereadores concordaram.-----

### **Orçamento para 2012, Plano de Actividades da TERAMB, EEM**

Ent. 6298 – Novamente presente o Orçamento da **TERAMB, EEM – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira**, para o ano 2012, para aprovação do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal com 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista e 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento.-----**  
**A Vereadora Teresa Valadão ausentou-se de vez durante a discussão deste ponto, tendo a reunião prosseguido até ao fim apenas com 6 membros.-----**

O Vereador Fernando Dias sugeriu que o presente ponto se intitulasse Orçamento para 2012, Plano de Actividades e Tarifário da TERAMB, EEM.-----

O Vereador José Élio Ventura indicou que, apesar do tarifário constar dos documentos provisionais da Teramb, havia a intenção retirar o tarifário do debate, anotando que os valores estão na mesma linha do ano transato. Em relação aos documentos provisionais da Teramb, o Vereador José Élio Ventura fez uma introdução sobre a empresa, nomeadamente que esta numa primeira fase teve como objetivo proceder à gestão integrada do aterro e numa segunda fase a definição e implantação de um novo sistema de tratamento de resíduos indiferenciados. Explicou que, na implementação desta segunda fase os resíduos são assumidos como um recurso energético, dando-se prioridade à sua redução na fonte, através da reutilização e da reciclagem. Em termos de pilares estruturantes da gestão integrada de resíduos sólidos, deu conta que se prevê

a adaptação de sistemas integrados baseados na redução na fonte, a reutilização de resíduos através da reciclagem, a transformação através da governação energética e a deposição em aterro destes resíduos últimos, após a mesma valorização.-----

O Vereador José Élio Ventura referiu de seguida que os principais objetivos da Teramb para 2012 serão executados através da gestão do atual aterro sanitário, aumentando a sua capacidade de receção de resíduos, com construção de uma nova célula, e através do início da implementação da solução escolhida para o tratamento de resíduos indiferenciados, que passará pela valorização energética.-----

No que se refere aos documentos provisionais em análise, no orçamento de exploração, na vertente da despesa, o Orçamento prevê o valor de setecentos e sessenta e dois mil euros, dos quais disse que quinhentos e quarenta e um dizem respeito a serviço externo, cinquenta mil em despesas com pessoal, gastos com depreciação e amortização no valor de cento e vinte e nove mil euros e outros gastos e perdas no valor de quarenta mil euros. Anotou que algumas verbas poderão ser desagregadas, caso de os Vereadores acharem necessária uma análise mais pormenorizada. Na vertente da receita, o Vereador José Élio Ventura apontou que se prevê cento e cinquenta e quatro mil euros relativos à receita proveniente de privados, recordando que em 2011 a verba prevista era de cento e cinquenta e dois mil, indicou de seguida quatrocentos e nove mil euros será o montante que se espera ser pago pelo município de Angra, contra a entrega de cerca 14 mil toneladas de resíduos e duzentos e dois mil euros pagos pelo município da Praia, relativamente à entrega de cerca de sete mil toneladas de resíduos. Concluiu que a projeção feita da despesa relativamente à receita se estima no resultado líquido de cerca de três mil, cento e sessenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos.---

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....